

DESP
31/7/88 cont.
16

O ESTADO DE S. PAULO

DOMINGO

31 DE JULHO DE 1988

O escândalo da hidrelétrica de Balbina

O setor pode ser aberto ao capital privado

Para manter com normalidade o abastecimento de energia elétrica, o Brasil terá de investir, em média, sete bilhões de dólares por ano no setor, totalizando, sem contar juros e taxas, 150 bilhões de dólares até o ano 2010. A previsão é do diretor-geral do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE), Getúlio Lamin, órgão que planeja e coordena o setor elétrico brasileiro.

Ele acredita que a forma de garantir esse volume de investimentos é atrair capitais privados, tanto para a geração como para a transmissão e distribuição de energia elétrica. A quebra do monopólio estatal no setor é possível pela legislação em vigor, e 50 grupos privados já estão cadastrados para receber concessões de exploração de serviços nesse setor.

O Plano 2010 da Eletrobrás, estudo que prevê as necessidades brasileiras de energia elétrica até o final da primeira década do próximo milênio indica que o Brasil estará necessitando de 213 milhões de quilowatts/hora de energia elétrica naquele ano. Hoje, o País produz 47 milhões de quilowatt/hora e precisará de cem milhões no ano 2000.

Segundo o Plano 2010, do total planejado, 125 milhões de quilowatts serão produzidos na Amazônia. Para isso, prevê-se que mais de 25 milhões de hectares de terras sejam inundados, o que representa cerca de 5% do território da região. A próxima obra a ser construída é a Hidrelétrica de Cachoeira Porteira, no rio Trombetas, que vai gerar 900 mil quilowatts. Prevê-se, também, uma imensa usina no rio Xingu, com capacidade superior à de Itaipu.

A hidrelétrica de Porteira será construída na confluência dos rios Mapuera e Trombetas, afluente da margem esquerda do Amazonas, no Estado do Pará. A linha de transmissão de Porteira, será levada até Balbina e, de lá, até Manaus, cortando uma região de cerca de 400 quilômetros de selva amazônica.



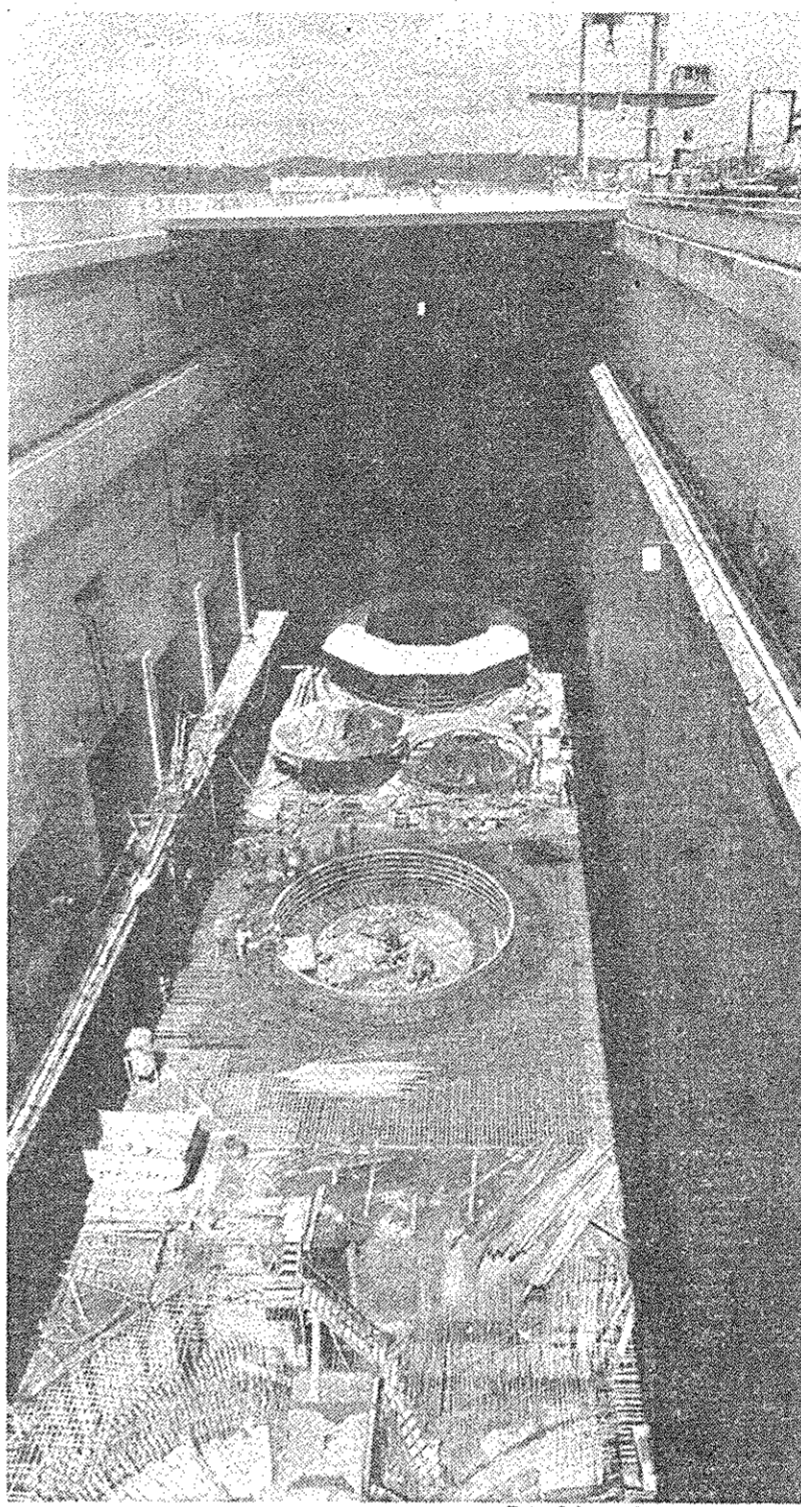
O cacique: sem opção

(Eletronorte), empresa subsidiária da Eletrobrás, projeta desviar um outro rio, o Alalaú, através de um canal de 25 quilômetros em plena selva amazônica. O desvio terá a função de jogar mais água no reservatório de Balbina, e, assim, tentar conseguir uma vazão capaz de movimentar as turbinas da hidrelétrica.

A obra poderá custar quantia próxima dos mais de 700 milhões de dólares já consumidos pela hidrelétrica. É que para desviar o Alalaú não basta o canal, é preciso construir uma barragem e, através de um sistema de comportas, regu-

lar o empréstimo de água ao Uatumã, em maior ou menor escala, de acordo com a época do ano.

"Já avaliamos a situação a nível de diretoria, mas a decisão de desviar o Alalaú ainda não é oficial por parte da Eletronorte", afirma o diretor-geral da obra (chefe da residência da Eletronorte), Francisco Queiroga da Nóbrega. Segundo ele, entretanto, esta será a única alternativa para que a usina hidrelétrica de Balbina, possa cumprir sua finalidade de gerar energia elétrica. "É uma situação difícil mas tem solução técnica", afirma Nóbrega.



Balbina: alto custo e muitos danos ao meio ambiente

Motor a diesel, mais barato

Uma discreta barcaça ancorada à margem do rio, no encontro das águas do Negro e Solimões, mal chama a atenção de quem passa por ali. Nela, porém, funcionam seis motores, movidos a óleo diesel, que produzem, juntos, 120 mil quilowatts/hora de energia elétrica. Ou seja, a metade do que os planos originais diziam que a imensa obra de Balbina teria capacidade para produzir quando concluída.

Essa usina flutuante faz parte do sistema de abastecimento da cidade de Manaus, todo ele de geração térmica, a diesel, gás ou óleo combustível. Esse fato, no auge da crise do petróleo, serviu de argumento para que se construísse

Balbina. Hoje, vislumbra-se a possibilidade de se utilizar o gás natural descoberto pela Petrobrás no rio Juruá para movimentar as turbinas das centrais elétricas de Manaus.

Publicações oficiais afirmam que haverá uma economia com o fato de Manaus deixar de consumir derivados de petróleo para gerar a energia de que necessita. As contas, porém, são feitas pela metade. Não levam em consideração os enormes custos de construção de Balbina, o preço da terra alagada, a abertura de caminho para linha de transmissão, indenizações por desapropriações e a manutenção das linhas.

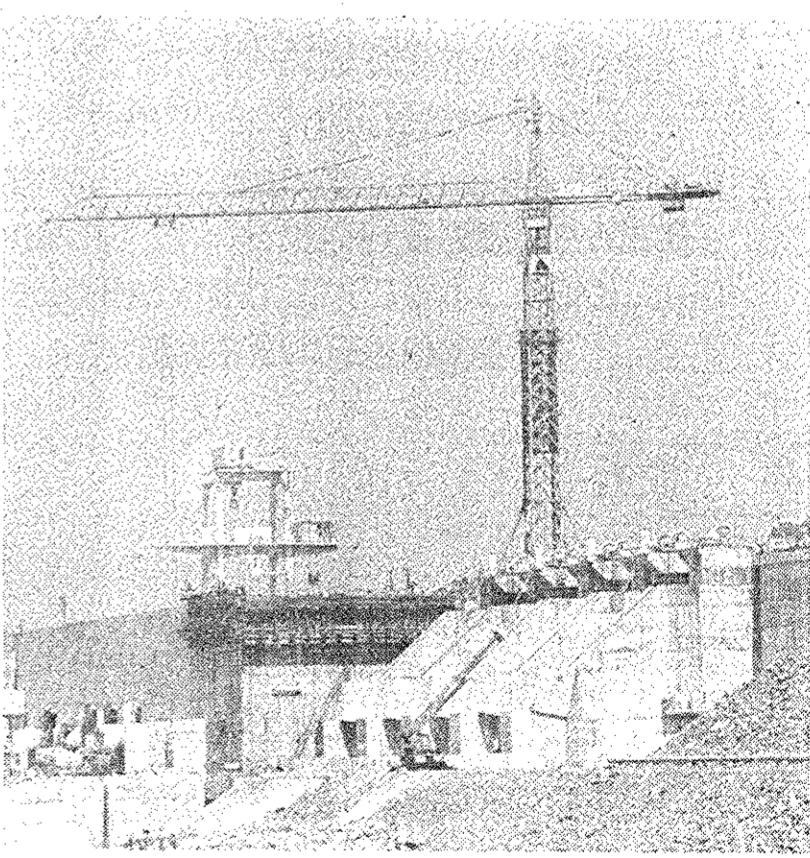
Índios desistem de brigar pelas terras ocupadas

A rodovia Manaus-Caracará (BR-174) começou a ser construída em 1914, mas levou mais de 60 anos para ser totalmente aberta. Uma das razões para tanta demora foi que a região (norte do Amazonas e sul de Roraima) era habitada pelos índios Waimiri e Atoari. Eles resistiram o quanto puderam à presença do branco por ali, muitas vezes recorrendo às armas. Foram eles, por exemplo, os autores dos célebres massacres da missão do padre italiano Giovanni Calleri, em 1988, e do sertanista Gilberto Pinto de Figueiredo, em 1974.

Hoje, os ruídos de caminhão e motores de popa doados pela Eletronorte substituem o brandir das bordunas e o zunir das flechas. Os Waimiri e os Atoari desistiram de brigar. Perto de um quarto da sua reserva ficará sob as águas da barragem de Balbina e duas de suas aldeias tiveram que ser transferidas para não serem inundadas. "Temos medo de morrer", justifica Roberto Waimiri, 17 anos, um dos poucos índios da aldeia Taquari que falam português. Seus pais, irmãos e parentes estão resignados com a mudança e recebem ajuda da Eletronorte para comprar roupas, relógios, aparelhos de rádio e até alimentos.

REALIDADE

Estima-se que os Waimiri e os Atoari, juntos, somavam cerca de seis mil índios no início do século. Hoje, são exatamente 413, mas já foram 350 após um surto de sarampo, em 1983. "Estamos tentando fazer com que o mal seja menor", afirma o sertanista José Porfírio de Carvalho. No passado, Porfírio liderou forte movimento contra a hidrelétrica de Balbina e é autor do livro "Waimiri Atoari — a história que ainda não foi contada". Agora, ele é contratado da Eletronorte e tenta minimizar o impacto da nova realidade. Ainda assim, por medida de segurança, a BR-174 continua interditada das 16h às 6 da manhã na região da reserva desses índios.



A barragem: mais de 700 milhões de dólares já consumidos

Os ecologistas fazem pressão

Entidades ecológicas do mundo inteiro estão pressionando os organismos internacionais para que não financiem projetos que de alguma forma agridam a natureza. Um dos principais alvos dos ecologistas é o Banco Mundial (Bird) e uma das razões desse assédio é o fato de o Bird financiar o setor elétrico brasileiro.

Tribunal Permanente dos Direitos dos Povos para um julgamento simbólico do FMI e do Bird. O crime: financiamento de obras que agridem a natureza. Entre essas, as hidrelétricas da Amazônia brasileira, especialmente a de Balbina.

Essas entidades consideram que já conseguiram uma vitória, forçando o Bird a exigir estudo de impacto ambiental para toda obra que for financiada. No Brasil, essa medida também consta do Projeto de Constituição aprovado no primeiro turno da Assembleia Constituinte. Os conservacionistas consideram, porém, que o estudo de impacto já não é o suficiente e querem que o FMI e o Bird revejam globalmente suas políticas de financiamento, fechando as torneiras para as hidrelétricas brasileiras.

O evento está sendo batizado de "contra-congresso" e reunirá o

Muito dinheiro para pouca energia

A rigor, construir Balbina foi como perfurar um poço de petróleo para acender uma lâmparina. Para se ter uma idéia, a hidrelétrica de Tucuruí, no rio Tocantins (sul do Pará), inunda uma área de 2,4 mil quilômetros quadrados para a produção, quando estiver operando a plena carga, de oito milhões de quilowatts/hora de energia elétrica.

Balbina está alagando uma área superior à de Tucuruí para gerar, caso venha a atingir seu pique de produção, irrórios 250 mil quilowatts/hora de energia. Hoje, essa quantidade de energia não é suficiente sequer para suprir as necessidades da cidade de Manaus, que em dias de maior plique consome perto de 350 mil quilowatts/hora.

Para completar o quadro, sem contar novas obras que deverão ser executadas, como o desvio do rio Alalaú, a energia produzida em Balbina já consegue ser uma das mais caras do mundo, se não estiver sozinha no primeiro posto. Cada quilowatt de capacidade instalada em Balbina, levando-se em conta que venha a atingir a capacidade prevista nos projetos, já está saindo por mais de três mil dólares.

Esse valor é uma exorbitância se comparado com outras hidrelétricas. Itaipu, por exemplo, que é considerada uma obra cara, consegue ter o quilowatt instalado por menos de 1.200 dólares. A usina de Xingó, que produzirá três milhões de quilowatts/hora no rio São Francisco, vai ter um custo de 800 dólares por quilowatt instalado, enquanto a de Itumbira, no rio Paranaguá, que produzirá 2,1 milhões de quilowatts, terá um custo de apenas 370 dólares por quilowatt instalado, ou seja, cerca de 12% do custo de Balbina.

Em termos de custo da sua capacidade instalada, Balbina consegue bater até mesmo a usina nuclear Angra I, de Angra dos Reis, onde cada quilowatt instalado tem um custo de 2.500 dólares. Isso tudo sem contar o preço da área inundada pelo lago da barragem e o custo das linhas de transmissão para que a energia chegue a Manaus.

Já antes da construção, iniciada com o governo Figueiredo, em 1979, a maior parte dos problemas hoje enfrentados por aquela hidrelétrica já era prevista. Mas esses problemas eram considerados pelo governo como "pressões es-querdistas" ou "alucinações conservacionistas". Hoje, é difícil en-

contrar alguém que defenda Balbina com convicção. Quem tenta, o faz de maneira defensiva, como que se justificando por um enorme erro.

MAL IRREPARÁVEL

É o caso, por exemplo, de Francisco Nóbrega, responsável pela obra desde o seu início. Segundo ele, "Balbina é fruto da reivindicação do povo amazense, através de sua classe política, que fez muita pressão para que a hidrelétrica fosse construída". Mas é justamente entre políticos onde menos se encontra quem defenda a usina.

Apontado por Francisco Nóbrega como um dos idealizadores de Balbina, o ex-governador João Walter, do Amazonas, enjeta o título e recusa-se a falar sobre o assunto. Já o atual governador, Amazonino Mendes, abraçou a bandeira dos que combatem ferrenhamente a hidrelétrica e a classifica de "um mal irreparável".

A descoberta de que Balbina era um problema bem maior que o esperado deu-se com o início do enchimento do lago da barragem, em novembro do ano passado. A água vai ganhando a forma de um enorme lago em lentos centímetros diários. Relatórios da Eletronorte revelam grande preocupação dos técnicos da empresa e apontam falhas até mesmo nos trabalhos de topografia. O formato e tamanho exatos do lago nunca foram bem definidos e surgiram fugas imprevisíveis, de modo que a água espalha-se para muito além do esperado. Há suspeitas, inclusive, de que cavernas não conhecidas no meio da selva ajudem a roubar água do reservatório, retardando força da sua vazão.

A inundação de tamanha área de selva traz um outro problema grave. Ninguém sabe, por exemplo, o que a acidez da água fará com as turbinas da usina, tema que arrepara os cabelos de limnólogos (especialistas em biologia da água doce). Um deles, Joel Branski, de uma empresa carioca de consultoria, afirma: "Nós sabemos que vai ter problema com a qualidade da água e estamos trabalhando para reduzir os prováveis efeitos negativos". Outro especialista, Jorge Salomão, do Instituto de Pesquisa da Amazônia (INPA), que analisa diariamente amostras de água do lago de Balbina, é mais direto ao tratar do problema. "Aí não tem jeito", afirma ele. A Eletronorte tinha um convênio com o INPA para pesquisas sobre a qualidade da água, mas há um ano

justamente quando o problema começa a tomar contornos de maior gravidade, deixou de renovar-lo.

ÁGUAS PROIBIDAS

Se com o aço das turbinas a água do lago de Balbina promete ser implacável, com as populações ribeirinhas à jusante, então, nem se fala. A própria Eletronorte já reconhece o mal, tanto que perfurou um poço para cada morador das margens do Uatumã, da barragem até Cachoeira Morena, onde o rio começa a confundir-se com o Negro, do qual é afluente, numa extensão de 32 quilômetros.

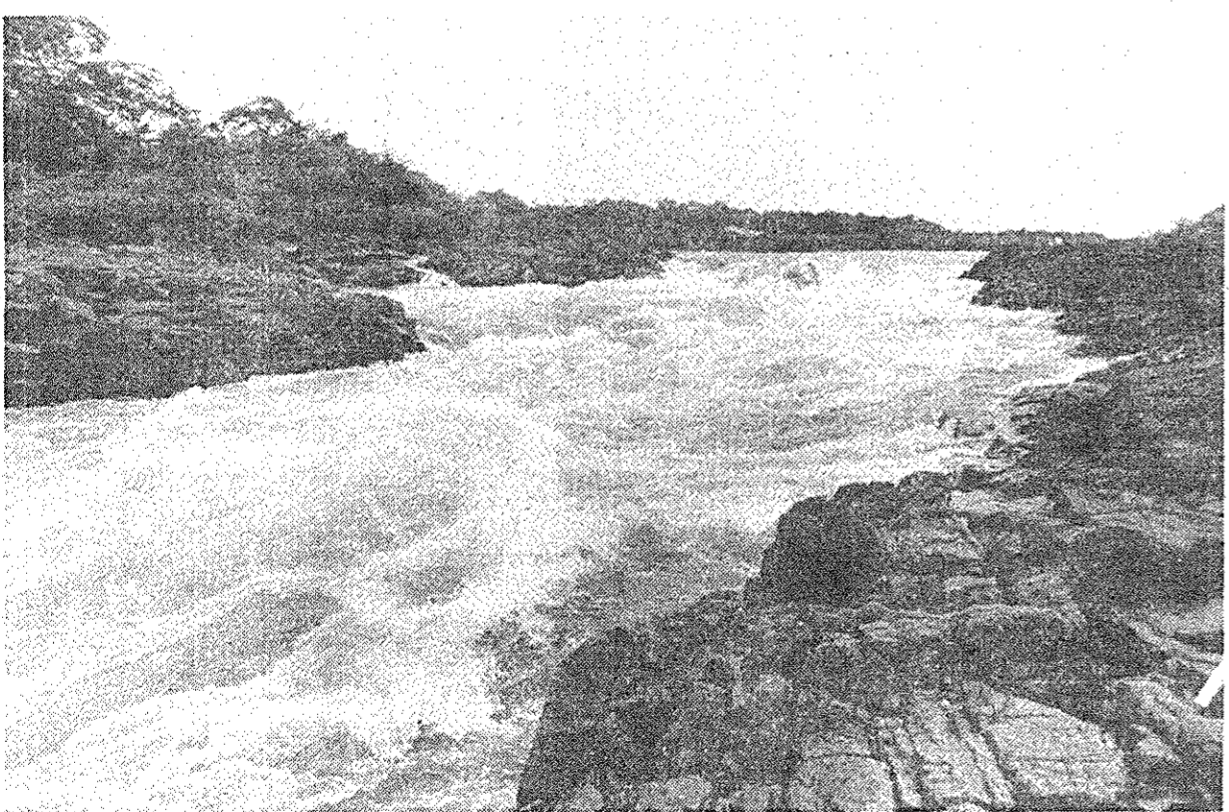
"A gente faz um projeto, Deus faz outro", consola-se o ribeirinho Leopoldo Bruno Gonçalves. Sua mulher, Marilda, assim como a grande maioria dos moradores da margem do rio, não concorda. "Como vai um ribeirinho viver sem o rio", queixa-se seu Antônio de Oliveira, conhecido como Antônio da Mão Branca. Naquele trecho, o rio Uatumã terá suas águas proibidas para qualquer finalidade, inclusive para os peixes e tartarugas viverem.

A Eletronorte faz o possível para reduzir os efeitos maléficos de uma obra que é fruto de uma decisão de governo e que continua a gozar de prestígio na área federal. Já mereceu, por exemplo, uma visita do presidente José Sarney, que elogiou a obra.

A Eletronorte tenta manter as aparências através de duas ações básicas. Uma é o emprego de 240 homens na operação Muiraquitã, encerrada no início de julho, que tenta salvar a vida dos animais despejados de seu habitat pelas águas do lago. Outro é um projeto para tentar criar tartarugas fora do seu ambiente natural.

O resgate dos animais não é levado muito a sério por cientistas que pesquisarão a região. A rigor, os animais são retirados de um local para irem morrer em outro. E o projeto das tartarugas, desenvolvido pelo INPA, é um reconhecimento de que a barragem agride a natureza. O que se pretende com ele é acostumar as tartarugas a reproduzirem fora das praias que não mais terão, pois o regime de águas do rio mudou.

O que mais impressiona em Balbina é tanta destruição, inclusive com deslocamento de aldeias indígenas, para tão pouco. E esta, talvez, a razão pela qual entidades ligadas ao problema ambiental, no mundo inteiro, desenvolvem campanha contra a hidrelétrica.



Rio Trombetas: local da próxima usina na Amazônia, que vai gerar 900 mil KW

Críticas à operação de resgate

A empresa Centrais Elétricas do Norte do Brasil, (Eletronorte) promoveu na área em que está sendo formado o lago de Balbina uma grande operação de resgate de animais. Operação semelhante ocorreu em Tucuruí, no rio Tocantins (sul do Pará) e vai ocorrer ainda antes do final do ano em Salmuel, no rio Madeira, em Rondônia.

Alardeadas como campanhas para redimir os autores da obra da destruição que promovem, as operações de resgate, no entanto, sofrem críticas dentro da própria empresa. Recente relatório de avaliação encomendado pelo setor de meio ambiente da Eletronorte aponta uma série de problemas nesta ação e praticamente a considera inútil.

O principal problema apresentado é o de que não são estabelecidos critérios nem para o resgate de animais ameaçados de morrer afogados, nem para a escolha das no-

vas áreas para onde serão levados. A começar pelo fato de serem resgatados apenas os animais de maior porte, especialmente os mamíferos, vitimando pelo ditúvio uma enorme quantidade de outros seres vivos. Portanto, mesmo resgatando milhares de animais que morreriam afogados, a Eletronorte sabe que não está salvando a fauna da região.

Em Balbina, durante meses, com sol ou com chuva, 240 profissionais desempenharam uma rotina diária de resgate. São formadas equipes e divididas suas áreas de atuação. Em barcos, mundios de facões e galoias, os membros das equipes embrenham-se na mata em busca de sobreviventes, que são apanhados, engaiolados e levados para duas bases em terra firme. Ali, os animais são marcados antes de tomar novamente o caminho da mata, com exceção das cobras venenosas, que vão para o Butantã, e do macaco guar-

ba, que vai para o Instituto Oswaldo Cruz servir de cobaia para pesquisas de doenças tropicais.

Os demais são levados para áreas selecionadas, na mesma margem do rio onde foram apanhados, e colocados em liberdade. Parece um final feliz para uma tragédia, mas não é. Os animais não vivem na selva inteira, como cigarras errantes. Cada um tem local de morada e área de ação. A transferência pura e simples apenas o tira do seu habitat próprio e gera uma superpopulação em outra área, onde a competição por alimentos acaba provocando o mesmo estrago que a água estava causando.

O relatório encomendado pela Eletronorte não diz claramente, mas deixa implícito que as operações de resgate acabam sendo muito mais um lance de marketing do que uma verdadeira preocupação com a preservação da natureza.